

Diário do Legislativo de 13/09/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 82ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 60ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 61ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/9/2008

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.761 a 2.763/2008 - Requerimentos nºs 2.888 a 2.896/2008 - Requerimentos dos Deputados Fábio Avelar, Wander Borges, Tiago Ulisses e outros e Gustavo Valadares e outros - Comunicações: Comunicações das Comissões de Turismo, de Política Agropecuária (2), de Saúde, de Assuntos Municipais e de Cultura e dos Deputados Sávio Souza Cruz (2) e Dalmo Ribeiro Silva - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Fábio Avelar, Carlos Mosconi e Doutor Viana - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Fábio Avelar, Wander Borges, Tiago Ulisses e outros e Gustavo Valadares e outros; deferimento - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Agostinho Patrús Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Délio Malheiros - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - João Leite - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro

aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.761/2008

Declara de utilidade pública a entidade ABMIND - Apoio e Integração a Comunidade Negra, Indígena e Carentes de Muriaé e Regiões, com sede no Município de Muriaé.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade ABMIND - Apoio e Integração a Comunidade Negra, Indígena e Carentes de Muriaé e Regiões, com sede no Município de Muriaé.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de setembro de 2008.

Bráulio Braz

Justificação: A citada entidade, sem fins lucrativos, em funcionamento desde 4/4/2005, tem por objetivos promover a ascensão social, econômica e cultural da população negra e indígena, por meio do resgate e valorização de sua auto-estima e do incentivo ao seu acesso à educação e ao mercado de trabalho; despertar a consciência negra e indígena para o exercício da cidadania e afirmação de sua identidade, a solidariedade a integração racial, bem como para a melhoria das condições de vida dessas comunidades; receber, denunciar, investigar e acompanhar, nas formas da lei e da ética, todas as questões de racismo, sexismo e situação de violência, opressão e exclusão em que se encontre a população negra e indígena de Muriaé e outras regiões do País; implantar um canal de acompanhamento e assistência aos negros e índios que estiverem em situação de discriminação racial, entre outros.

Sendo meritório de relevância social o trabalho da entidade, contamos com a anuência dos nobres pares à aprovação do projeto que pretende outorgar-lhe o título de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Direitos Humanos, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 2.762/2008

Declara de utilidade pública a Associação dos Proprietários da Ibituruna - Aspi -, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Proprietários da Ibituruna - Aspi -, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de setembro de 2008.

Eros Biondini

Justificação: A entidade em questão presta relevantes serviços na região onde se situa.

É importante mencionar que ela coordena as obras e os movimentos sociais para melhorar a qualidade de vida da população local, buscando solucionar suas pendências mais importantes relacionadas a saúde, saneamento básico, habitação, lazer, cultura, educação e preservação do meio ambiente. No contexto social, assiste e ampara a infância, a juventude, o idoso e pessoas portadoras de deficiência.

Representar a comunidade junto a órgãos públicos e entidades privadas, fazendo reivindicações diversas é, também, uma das suas metas.

Em vista dos relevantes serviços prestados pela entidade, esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório que se pretende outorgar-lhe.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.763/2008

Altera a Lei nº 12.998, de 30 de julho de 1998, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 2º da Lei nº 12.998, de 30 de julho de 1998, fica acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 2º - (...)

V - estimular o desenvolvimento de pólos de fruticultura em todas as regiões do Estado."

Art. 2º - A Lei nº 12.998, de 1998, fica acrescida do seguinte art. 3º-A:

"Art. 3º-A - O Poder Executivo estimulará a criação, o desenvolvimento e a expansão de pólos de produção e de industrialização de frutas no Estado, observadas as seguintes diretrizes:

I - reconhecimento da cadeia agroindustrial de frutas como um agente capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico e social em todas as regiões do Estado;

II - integração permanente entre órgãos públicos, empresas, cooperativas e associações de produtores com vistas à tomada de decisões sobre o setor.

Parágrafo único - Para a consecução do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo promoverá as seguintes ações:

I - elaboração de planilhas oficiais de custos de produção das diferentes espécies de frutas para subsidiar a concessão de crédito aos produtores;

II - definição das espécies e das variedades de frutas cujo plantio será estimulado em cada região, considerando-se as condições edafoclimáticas e a adequação da oferta às demandas do mercado consumidor;

III - definição de regiões em que será estimulada a instalação de indústrias processadoras de frutas;

IV - criação, pelas instituições bancárias oficiais, de linhas especiais de crédito para:

a) implantação e custeio de pomares definidos como prioritários para o desenvolvimento da fruticultura mineira;

b) investimento em unidades de beneficiamento e de embalagem de frutas por parte de associações ou cooperativas de produtores;

c) implantação de pequenas indústrias processadoras de frutas por parte de associações e cooperativas de produtores;

d) adequação e ampliação de indústrias caseiras processadoras de frutas;

V - criação de seguro rural de investimento, de custeio e de renda para culturas definidas como prioritárias;

VI - criação de fundo de aval para o financiamento de culturas definidas como prioritárias;

VII - concessão de incentivos creditícios, fiscais e tributários diferenciados para as indústrias processadoras de frutas que vierem a se instalar ou a expandir suas atividades em regiões definidas como prioritárias."

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de setembro de 2008.

Leonardo Moreira

Justificação: A fruticultura é um tema que vem ganhando destaque em várias regiões do País, incluindo Minas Gerais, pois é uma atividade com características que a tornam bastante atrativa, como: boa rentabilidade por área plantada; grande potencial de expansão para atender à demanda crescente dos mercados consumidores interno e externo; compatibilidade tanto com pequenas propriedades em regime familiar quanto com projetos empresariais de grande escala; possibilidade de diversificação de produção e melhoria de renda do produtor rural.

Além desses aspectos, a fruticultura é um setor que favorece muito a geração de empregos rurais, pois, normalmente, é pouco mecanizada e demanda maior volume de mão-de-obra em relação a diversas outras atividades agropecuárias. Finalmente, é também indutora da implantação de indústrias de doces, polpas e sucos, de qualquer porte, que geram mais empregos e receitas para regiões essencialmente agrícolas.

A fruticultura está amplamente dispersa em todo o território mineiro, com destaque para as regiões do Triângulo, Norte e Sul. Mais recentemente, essa atividade vem ganhando maior impulso na Zona da Mata. Minas Gerais importa cerca de 70% das frutas que consome. Do

total da produção, 87% concentram-se em apenas três frutas - laranja, abacaxi e banana -, e a produção mineira de frutas tem estado estagnada no patamar de 2.000.000t por ano ao longo dos últimos nove anos, enquanto o Brasil, nesse mesmo período, evoluiu de 35.000.000t por ano para 39.000.000t por ano.

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – não oferece nenhuma linha própria de crédito para financiar a produção de frutas, e o produtor encontra grandes dificuldades para acessar as linhas oferecidas pelo BNDES. Há, portanto, necessidade de se estabelecerem mecanismos de estímulo ao setor, como sistema de informações sobre a cadeia de produção, pesquisas direcionadas às necessidades regionais, fundo de aval, seguro agrícola e linhas diferenciadas de crédito para formação de pomares, beneficiamento e processamento industrial de frutas, etc.

Este projeto propõe a alteração da Lei nº 12.998, de 1998, por meio da inclusão de medidas a serem implementadas pelo Executivo, entre as quais destacamos: definição das variedades de frutas cujo plantio será estimulado em cada região, considerando-se as condições edafoclimáticas e a adequação da oferta às demandas do mercado consumidor; criação de linhas especiais de crédito para formação de pomares e para implantação de unidades de beneficiamento, de embalagem e de processamento de frutas; criação de fundo de aval e de seguro rural para culturas definidas como prioritárias; definição de regiões nas quais será estimulada a instalação de indústrias processadoras de frutas; concessão de incentivos fiscais e tributários diferenciados para indústrias processadoras de frutas que vierem a se instalar ou a expandir suas atividades em regiões definidas como prioritárias.

Essas medidas, sem dúvida, são extremamente importantes para o fortalecimento da fruticultura mineira. Além de dar solução a vários problemas que têm travado o seu desenvolvimento, são aplicáveis a todas as regiões e pólos produtores de frutas do Estado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.888/2008, do Deputado Bráulio Braz, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais pelo transcurso dos 81 anos de sua fundação. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 2.889/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Extrema pelo transcurso do 107º aniversário desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.890/2008, do Deputado Ronaldo Magalhães, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os familiares de João Bello de Oliveira Filho pelo transcurso do centenário de seu nascimento. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.891/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia sejam solicitadas à Secretaria de Defesa Social, à Ouvidoria do Sistema Prisional do Estado e à Secretaria Especial de Direitos Humanos de Brasília providências com vistas a que sejam verificadas possível ilegalidade e prática criminosa nas dependências do Presídio Antônio Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves.

Nº 2.892/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia sejam solicitadas à Corregedoria da PMMG providências com vistas à instauração de procedimento investigativo destinado a apurar o desaparecimento de menores em que estariam envolvidos policiais militares de Contagem.

Nº 2.893/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia sejam solicitadas à Ouvidoria de Polícia do Estado providências com vistas a que seja agilizada a apuração do desaparecimento de menores em que estariam envolvidos policiais militares de Contagem.

Nº 2.894/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia sejam solicitadas ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Direitos Humanos - CAO - DH - providências com vistas à apuração do desaparecimento de menores em que estariam envolvidos policiais militares de Contagem. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.895/2008, da Comissão de Saúde, em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Saúde providências com vistas à elaboração de nota técnica sobre a aplicabilidade do Projeto de Lei nº 601/2007, que torna obrigatório sejam equipados com desfibrilador cardíaco os locais, veículos e estabelecimentos que menciona.

Nº 2.896/2008, da Comissão de Saúde, em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Saúde providências com vistas a que seja averiguada a utilização de microônibus de Januária, parados no almoxarifado da Prefeitura de Manga, com objetivos políticos.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Fábio Avelar, Wander Borges, Tiago Ulisses e outros e Gustavo Valadares e outros.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Turismo, de Política Agropecuária (2), de Saúde, de Assuntos Municipais e de Cultura e dos Deputados Sávio Souza Cruz (2) e Dalmo Ribeiro Silva.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Fábio Avelar e Carlos Mosconi proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Com a palavra, o Deputado Doutor Viana.

- O Deputado Doutor Viana profere discurso, que será publicado em outra edição.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do 8º ano do Colégio Loyola, a qual muito nos honra.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.895 e 2.896/2008, da Comissão de Saúde. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Turismo - aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, em 10/9/2008, dos Requerimentos nºs 2.836/2008, do Deputado Chico Uejo, 2.838/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 2.853/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho; de Política Agropecuária (2) - aprovação, na 24ª Reunião Ordinária, em 2/9/2008, dos Projetos de Lei nºs 2.555/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 2.600/2008, do Deputado Fábio Avelar, e do Requerimento nº 2.826/2008, do Deputado Jayro Lessa; e aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, em 9/9/2008, do Projeto de Lei nº 2.645/2008, do Deputado Fahim Sawan; de Saúde - aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 10/9/2008, dos Requerimentos nºs 2.823/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 2.831/2008, do Deputado Weliton Prado; de Assuntos Municipais - aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, em 10/9/2008, dos Requerimentos nºs 2.837 e 2.846/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 2.839 e 2.864/2008, do Deputado Inácio Franco; e de Cultura - aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 10/9/2008, do Projeto de Lei nº 2.378/2008, do Deputado Carlos Pimenta, e do Requerimento nº 2.863/2008, da Deputada Gláucia Brandão (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, são deferidos pelo Sr. Presidente, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Fábio Avelar, Wander Borges, Tiago Ulisses e outros solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o Tauá Hotel & Convention pelos 20 anos de sua fundação, e Gustavo Valadares e outros solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o Rotary Club BH Oeste pelos 50 anos de sua fundação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de amanhã, dia 12, às 8 e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/9/2008

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Inexistência de quórum especial para votação de veto - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590; discurso do Deputado Padre João; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para a votação do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.515, mas que o há para a discussão do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590.

Discussão do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000, que altera o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas, na Mensagem nº 260/2008, que contém o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590, percebemos uma incoerência. Anteriormente, durante toda a tramitação do projeto nesta Casa, ninguém se manifestou contrariamente à diferenciação salarial entre os servidores do Tribunal de Contas. Os servidores do referido Tribunal que se encontram na classe A tiveram progressão no salário, distinguindo-se dos outros. É bom entender que esses servidores da classe A são pessoas que se encontram há mais tempo no Tribunal de Contas e já conquistaram muitos benefícios e direitos, tendo um salário significativo, um salário de excelência, portanto comprometem a folha, impedindo os mais novos, que se encontram há menos tempo naquele Tribunal, de ter uma correção salarial mais justa, uma vez que não desfrutaram outros benefícios, os quais, aliás, foram extintos. A folha não pode extrapolar o que é previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, a folha fica comprometida quando se colocam também, junto, os da classe A. Os próprios servidores, antes, tinham todo um entendimento, e só depois que esta Casa votou esse projeto é que veio o veto parcial justamente à alínea que assegura essa distinção.

Diz assim: "O referido art. 7º excluiu do alcance do disposto nos arts. 5º e 6º da lei o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo posicionado na classe A, ou seja, esse servidor não teria direito à elevação de quatro padrões no vencimento, assegurada no art. 5º ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das carreiras do Tribunal de Contas. Cumpre ressaltar que a medida consubstanciada no dispositivo vetado fazia parte da proposição original, encaminhada pela Corte de Contas a essa Casa Legislativa para exame e deliberação".

Então, foi o próprio Tribunal de Contas que o encaminhou.

Para que todos entendam: classe é o conjunto de cargos de igual denominação integrantes de uma carreira. A Lei nº 13.770, de 6/12/2000, que altera o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, modificada pela Lei nº 16.790, de 31/7/2008, por meio do art. 7º, instituiu a classe A para o posicionamento do servidor efetivo detentor de título declaratório de apostila de direito, mediante promoção, em padrão correspondente ao da apostila de direito, obtido nos termos da Lei nº 9.532, de 1987, que dispunha sobre o apostilamento.

O acesso à classe A, que era privativo de servidor apostilado, possui padrões de vencimento mais elevados, uma vez que a apostila de direito corresponde ao padrão de vencimento do cargo em comissão que o servidor exercia.

Assim sendo, parecia razoável a não-concessão de mais quatro padrões de vencimento para os servidores pertencentes à classe A, conforme constava na proposição original. Ademais, por sua natureza, essa classe não integrava a carreira como um segmento de classe mais elevada para promoção do servidor. Nem o sindicato, nem a direção do Tribunal de Contas questionaram esse dispositivo, que assim foi aprovado por esta Casa.

É justo que os servidores apostilados também tenham o aumento concedido? A princípio consideramos que sim, mas nos causa estranheza que os servidores interessados sequer se tenham mobilizado e levantado essa questão durante a tramitação do projeto de lei.

Digo isso a princípio, porque, se olharmos a questão com justiça, quanto a esses servidores da classe A, que já possuem um salário com todos os benefícios conquistados, vejo que não devem enquadrar-se na carreira como os servidores das outras classes. Somente assim é possível ter recursos e não haver problema com a folha, para que os outros possam ter, numa progressão, um salário mais justo e equiparado. Do jeito que está, as desigualdades se acentuam, e nunca será corrigido o disparate dos salários entre os servidores do mesmo Tribunal de Contas. Somente com a rejeição do veto deixaremos a classe A de fora, permitindo aos outros um salário mais igual. Vejo ser por aí a justiça. Se queremos promovê-la, devemos fazer um esforço para rejeitar o veto, permitindo que os que estão, de certa forma, com o salário mais baixo tenham uma conquista de forma diferenciada dos da classe A.

Sr. Presidente, percebo a importância do entendimento desse veto. É importante que todos os Deputados o compreendam bem para que possamos contribuir. O Tribunal de Contas deve ser sempre um auxiliar da Casa. Temos de refletir sempre mais sobre o sentido, o papel e a missão de todos os Conselheiros e de todos os trabalhadores do Tribunal de Contas.

Questão de Ordem

O Deputado Padre João - Gostaria que V. Exa. encerrasse, de plano, a reunião e preservasse o meu tempo, para eu continuar a discussão desse veto com os colegas Deputados.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 10, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

*- Sem revisão do orador.

ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/9/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem -

Discussão e Votação de Proposições: Inexistência de quórum especial para votação de veto - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590; discurso do Deputado Padre João; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Gláucia Brandão, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, dos alunos da 7ª série do Colégio Santa Dorotéia. É uma alegria muito grande recebê-los nesta Casa.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, o que me traz ao microfone nesta manhã é uma notícia que chegou a mim de uma pessoa das minhas relações sobre algo que está acontecendo e que, creio, precisa ser trazido também ao conhecimento dos colegas Deputados e Deputadas desta Casa. Aliás, conversando com o Deputado Sargento Rodrigues, ele propôs até que eu encaminhasse requerimento para que realizemos audiência pública na Comissão de Segurança a respeito do assunto. Para mim, foi novidade, eu não sabia que era assim. Há mais ou menos dois meses, da janela do meu apartamento, vi dois ladrões entrando dentro de um carro. Liguei para o 190 da Polícia Militar, e a atendente, coincidentemente - e daqui a pouco explico a coincidência -, chamada Mônica, atendeu-me. Eu disse a ela que os ladrões estavam dentro do carro, e, naquele apavoramento natural de ver uma ação como aquela, eu não lhe dei o número da rua e ela também não pediu essa referência. Ela disse: "Daqui a pouco a polícia estará chegando aí". Fiquei por mais de 1 hora na minha janela e não vi polícia alguma, e olha que moro próximo do 18º Batalhão de Polícia. Agora pela manhã, liguei-me uma pessoa da minha relação e me disse: "Entraram na garagem do meu prédio, roubaram as rodas do meu carro e do carro do meu vizinho. Minha vizinha de frente viu os ladrões colocando as rodas dentro de uma pick-up de cor dourada, ligou para a polícia...", ou melhor, farei aqui uma correção, não ligou para a polícia - e aqui está a minha preocupação, Sr. Presidente -, "...ligou para o 190, e atendeu uma funcionária da MGS". Nesse caso, a funcionária Mônica a atendeu. A vizinha lhe disse: "Minha filha, mande a polícia, porque os ladrões estão aqui agora e estão colocando o produto do roubo dentro do carro". Ela perguntou à vizinha: "Qual é a placa do carro?" Só faltou ela pedir o número do CPF do ladrão, o número da carteira de motorista e o endereço dele. Conclusão: a polícia não chegou e não poderia chegar, porque o atendimento dado é péssimo. E o que é pior: ainda zombam da pessoa. Essa senhora que ligou, ouviu o seguinte da atendente Mônica: "A senhora não precisa se preocupar, porque, pela manhã, os vizinhos notarão que foram roubados e chamarão a polícia". Isso é brincadeira. Estamos falando de segurança. As pessoas estão tentando ajudar, mas são ridicularizadas. Sr. Presidente, quero fazer esse registro, porque isso é fato corrente e recorrente, está acontecendo com certa frequência. Não é possível que o cidadão que paga os seus impostos, que já é tão penalizado ao ligar para um telefone de urgência para que seja feito um atendimento policial, seja atendido por uma pessoa que não tem nenhum vínculo com a polícia. Sou testemunha disso, porque, ao precisar desse serviço, não fui atendido. E agora, pela manhã, chegou-me essa notícia de que essa senhora também foi atendida dessa maneira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, solicitamos a palavra a V. Exa. até para colaborar com a questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado Vanderlei Miranda. Infelizmente, em um dado momento, a Polícia Militar entendeu que poderia ser mais barato para o Estado substituir os policiais que atendiam no 190 por servidores públicos civis, não-policiais. Falo isso, porque tive a oportunidade de trabalhar no 190 por quatro anos como telefonista e como despachante das patrulhas. O fato que o Deputado traz nesta manhã é gravíssimo e vem ocorrendo há muito tempo. Essa tentativa de economizar pagando ao servidor público civil um salário menor que o de um soldado, de um cabo ou de um sargento, não foi bom para a atividade policial. Por mais dedicado e comprometido que seja esse servidor, por mais instrução que receba, não consegue traduzir a emergência e a urgência necessárias de cada denúncia-crime que chega por meio do 190. Queremos cumprimentar o Deputado Vanderlei Miranda e dizer que esse assunto é realmente muito sério e grave. Também já passamos por situação semelhante a essa. Precisamos realizar uma audiência pública nesta Casa, Deputado, com a presença do Chefe do Centro Integrado de Comunicação Operacional da Polícia Militar - Cicop -, que está integrado à Polícia Civil e ao Corpo de Bombeiros. A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais tem de repensar a retomada dos policiais no atendimento do 190. Falamos isso com propriedade, Sr. Presidente. A constatação não é apenas do Deputado Vanderlei Miranda. Vários outros policiais que conheço, aliás, oficiais superiores, já me disseram que passaram muita raiva com o atendimento ao ligar para o 190, pois tiveram grande dificuldade de fazer a telefonista entender a gravidade do problema. Um deles ligou para dizer que teria de passar em determinado lugar onde seria abordado por pessoas que estavam armadas, mas a telefonista não conseguiu mensurar a gravidade daquele ato. Por mais boa vontade, por mais concentração, por mais empenho que tenha esse profissional, falta-lhe treinamento policial, perspicácia, tirocínio e a experiência que somente policial militar possui. Deputado Vanderlei Miranda, certamente milhares e milhares de pessoas já passaram por essa experiência. Portanto, sugiro ao ilustre Deputado, caso ele queira, assinarmos juntos um

requerimento para trazer aqui autoridades e fazer um debate sério e propositivo na Comissão de Segurança Pública desta Casa, até mesmo para que o próprio Governador e o Secretário de Defesa Social entendam a complexidade do assunto e tomem providências urgentes em relação a ele.

O Deputado Vanderlei Miranda - Quero dizer ao Deputado Sargento Rodrigues que faremos o encaminhamento do requerimento, em conjunto, e agradecemos a V. Exa.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, quero referendar as palavras dos Deputados Vanderlei Miranda e Sargento Rodrigues. É preocupante a precarização do trabalho em Minas Gerais, a terceirização, o que tem diminuído a qualidade da prestação do serviço público em Minas Gerais. Serviço público de qualidade pressupõe servidor público de carreira bem-remunerado. A questão de ordem que levantamos vem ao encontro da desvalorização do servidor também quanto aos trabalhadores da Unimontes. Ainda ontem, estávamos preocupados com a 38ª posição da Unimontes no "ranking" nacional das universidades públicas do País e, hoje pela manhã, tivemos a notícia de que os trabalhadores da Unimontes também deflagraram greve em defesa de melhores condições de trabalho. A preocupação do Sind-Saúde, que representa os trabalhadores da área de saúde da Unimontes, foi externada nos seguintes termos: "Os trabalhadores da Unimontes, há mais de dois anos, estão em processo de negociação com a Seplag, sendo que essas negociações estão se arrastando de forma lenta no atendimento à pauta de reivindicações apresentadas pelos trabalhadores ao Governo. Em reunião realizada em março de 2008 com o Reitor e Professor Paulo César Gonçalves de Almeida determinou-se, após a assembléia-geral, o indicativo de greve por tempo indeterminado, a partir do dia 10 de maio de 2008. Essa foi a primeira determinação. Constituiu-se também duas comissões paritárias; uma seria para elaborar propostas de revisão da tabela salarial da Unimontes, e a outra, para elaborar propostas de critérios para o pagamento da gratificação especial. Essa proposta foi entregue à Seplag no mesmo mês, em maio de 2008, com a reivindicação de tabela salarial similar à do Ipsemg, entregue por intermédio do Reitor citado. O processo de negociação não avança na Seplag, desestimulando os trabalhadores que voltaram a definir e reafirmar a disposição de greve em função do desrespeito e descaso do governo. Em reunião realizada no dia 2/9/2008, na Seplag, com a comissão de servidores e o sindicato, o governo apresentou a proposta de 8% de reajuste linear mais VTI. Essa proposta foi rechaçada na assembléia geral da categoria no dia 5/9/2008. Revoltados, definiram pela greve por tempo indeterminado a partir de 10/9/2008, caso o governo não apresentasse uma proposta que melhor atendesse à categoria. O governo, em resposta, por telefone, disse que estão suspensas as negociações, desmarcando a reunião prevista para o dia 10/9/2008, às 16 horas. Solicitamos aos Srs. Deputados apoio incondicional pela reabertura das negociações na Seplag, com a apresentação de uma proposta que melhor atenda à categoria, para que possamos dar um fim à greve que ora se inicia, pois a categoria protelou muito a decisão ora definida. Comando de greve, Sind-Saúde-MG."

Queremos, Sr. Presidente, na condição de Deputado Estadual, fazer um apelo ao Governo do Estado e à Secretaria de Planejamento, para que abram, imediatamente, a negociação com os servidores, com os trabalhadores da Unimontes, com o comando de greve, para que possamos arrumar uma saída negociada com vistas a valorizar os trabalhadores. Esse apelo é extensivo à greve dos professores da rede estadual de educação. Os trabalhadores e professores da rede estadual se encontram em greve, deixando sem aula milhões de crianças em Minas Gerais. Valorizar a educação pressupõe valorizar o seu trabalhador. Valorizar o ensino superior pressupõe investir na Unimontes e na Uemg. Esse apelo é fundamental sob pena de, a cada dia, oferecermos um serviço público de qualidade ruim. A Unimontes ocupar a 38ª posição no "ranking" é fruto de falta de investimento. O mesmo ocorre com a Uemg, ao ocupar a 85ª posição. Portanto, apelamos ao governo do Estado para que abra imediatamente as negociações com os trabalhadores.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para a votação do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.515, mas que o há para a discussão do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000, que altera o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Continua em discussão o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Padre João, que ainda dispõe de 49 minutos e 45 segundos para o seu pronunciamento.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, quero discutir essa proposição, que é muito séria. Acreditamos que todas as proposições, "a priori", devam ser sérias, mas a importância e a delicadeza dessa proposição estão no fato de alterar o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas. Desde a legislatura passada, discutimos o papel do Tribunal de Contas, seja dos Conselheiros, seja de todos os servidores, que fazem um trabalho muito delicado. Estamos fazendo uma análise para alteração do plano de carreira desses servidores, especificamente da remuneração, para, ao longo do tempo, adequarmos os seus salários. Esses servidores analisam contas de 853 Prefeituras e Câmaras Municipais, além das contas desta Casa, das empresas públicas e das entidades públicas. O trabalho é muito delicado. Portanto, é justo e necessário que essas pessoas sejam bem-remuneradas. Por quê? Porque faz parte da natureza humana a possibilidade da corrupção. É bem verdade, que mesmo uma pessoa mal-remunerada, que tenha bom caráter, boa formação ética - a formação cristã ajudará mais ainda -, estará mais imune à corrupção. Mas, repito, qualquer pessoa está sujeita a deixar-se seduzir. Então, o Estado precisa precaver-se. O Estado deve ter um conjunto de ações que dificultem a corrupção.

A remuneração justa é uma das ações do Estado que levam uma pessoa a ser reconhecida em seu trabalho. Ter uma remuneração satisfatória é importante para não precisar buscar outras formas para ampliar sua renda. Por isso, a seriedade com que tratamos essa alteração no plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas.

O Sr. Presidente - Deputado Padre João, aproveitamos a presença do Deputado Pinduca Ferreira no Plenário para avisar aos colegas que o aniversário dele foi no último dia 7. Parabéns, Pinduca. Obrigado, Padre João.

O Deputado Padre João* - Também cumprimento o colega Pinduca. A vida é o dom de Deus mais precioso e tem de ser preservada da melhor forma, Pinduca. Força de Deus, vida, saúde e muito trabalho, senão enferruja.

Sr. Presidente, essa proposição recebeu veto parcial, mas tramitou de forma tranqüila, sem contestação de nenhum dos grupos, seja dos servidores, seja do Sindicato do Tribunal de Contas. Ninguém contestou fazer-se essa distinção da tabela do plano de carreira dos servidores chamados da classe A. Nessa classe, estão os servidores mais antigos do Tribunal, aqueles que desfrutam outros benefícios e possuem salário mais elevado em relação aos colegas. Na proposição de lei, há um artigo distinguindo esses servidores dos da classe A, que foram excluídos de receber os quatro padrões no vencimento. Isso possibilitará que os servidores que estão com os vencimentos mais baixos se aproximem desses da classe A. Vejo nisso uma questão de justiça, pois todos trabalham no Tribunal de Contas, e é justo que todos recebam remuneração mais próxima, respeitando cargos, função e a formação de cada um. Mas não deve haver disparates. Se não conseguirmos derrubar esse veto, os servidores vão evoluindo, mas os da classe A evoluirão muito mais, mantendo o disparate dos vencimentos.

A tramitação do projeto, nesta Casa, foi muito tranqüila, por isso não dá para entender por que o Governador veta o artigo que exclui os servidores da classe A. A pedido de quem? Do sindicato? Dos servidores? Será que não participaram da tramitação do projeto, que teve total abertura nas audiências com a presença de Deputados e relatores? Por isso enxergamos uma arbitrariedade e intromissão, pois o projeto original é mais justo quando possibilita uma remuneração mais adequada a todos no Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas tem de dar exemplo e fazer cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não será possível avançar na carreira, porque existe uma outra classe de servidores que comprometem muito a folha. Somente mantendo o veto, será possível atender melhor aos que vêm recebendo menos, aos que não desfrutaram outros benefícios agora extintos. Esses outros já desfrutaram determinadas vantagens na carreira, o que possibilitou avanço de salário. Muitos vieram de cargos comissionados, e seu trabalho foi reconhecido, mas, para se fazer justiça, é muito importante a derrubada desse veto parcial. Assim, valorizaremos não só os servidores, mas o próprio Tribunal de Contas.

Sr. Presidente, é importante destacarmos - eu mesmo posso testemunhar - que, há menos de dois meses, Conselheiros do Tribunal de Contas orientaram cidadãos no interior sobre como travar algumas obras. Às vezes, ainda no processo de licitação, Conselheiros orientam outros grupos políticos de oposição. Infelizmente, alguns Conselheiros do Tribunal de Contas estão aliados, atrelados a grupos políticos pelo interior afora, orientando as pessoas a amarrar determinada obra e privilegiar outra, que acham mais importante, que dará visibilidade àquele agente político que não faz mais do que seu dever, ao erigir obras de interesse da população, ao buscar recursos, ao apresentar projetos de acordo com a lei. Mesmo sabendo que está tudo de acordo com a lei, entram com recursos, sendo orientados de dentro do Tribunal de Contas, até com a participação de Conselheiros. Teremos de analisar a questão mais a fundo após as eleições. O caso é muito sério. Mesmo que o Conselheiro tenha passado por esta Casa como agente político, ele tem de se abstrair de interferir na política, sobretudo a do interior, desvinculando-se dos grupos políticos. Isso é sério, compromete a democracia e vem atrasando obras e serviços muito importantes para a sociedade. Como conhecedores de todas as artimanhas, eles vêm orientando os grupos.

Destaco a importância dessa proposição, a fim de que os servidores recebam remuneração justa, até mesmo para evitar o atrelamento a grupos políticos, a empresas. O servidor tem de ser reconhecido por sua competência, e um dos reconhecimentos é a justa remuneração.

É bem verdade, acompanhado por um local de trabalho decente, por dignidade e por condições de trabalho. Os técnicos do Tribunal de Contas têm de viajar por todo o Estado de Minas Gerais, colocando em risco a sua vida, distantes de suas famílias. É um trabalho árduo, que precisa ser reconhecido, e esse reconhecimento começa com uma remuneração justa. Mas, às vezes, exatamente esses funcionários que viajam por todo o nosso Estado são os que têm os salários mais baixos. Faz-se necessário que se diminua esse disparate em relação aos funcionários que estão na classe A. Uma das formas para possibilitar a aproximação desses valores é derrubarmos o veto, o que significa manter fora da elevação de quatro padrões no vencimento os funcionários da classe A. É importante que os colegas Deputados tenham essa percepção, cumprindo nossa missão de promover a justiça, de estar atentos não só à remuneração de todos os servidores do Estado e dos órgãos a ele ligados, como também às suas condições de trabalho, sobretudo em alguns espaços, como o Tribunal de Contas, que tem a missão de fiscalizar as Contas do Governo do Estado, desta Casa e das Câmaras Municipais.

Sr. Presidente, peço-lhe que preserve o tempo que ainda me resta para continuar discutindo essa questão com os demais colegas Deputados, pois é de fundamental importância contribuirmos para a justiça, sobretudo a ser feita aos trabalhadores públicos.

Questão de Ordem

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, peço a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião e preserve meu tempo para continuar a discussão do veto à Proposição nº 18.590.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE SAÚDE E DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/6/2008

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Arlen Santiago, membros da Comissão de Saúde; os Deputados Délio Malheiros, Carlos Pimenta e Walter Tosta, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Estão presentes, também, os Deputados Dinis Pinheiro e Antônio Genaro. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o aumento no preço de medicamentos praticado pelos laboratórios em percentual acima da inflação, conforme editorial publicado pelo jornal "Estado de Minas" em 5/4/2008. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Jorge Luiz Vieira, Superintendente de Gestão, representando o Sr. Marcus Pestana, Secretário de Estado de Saúde; Antônio Joaquim Fernandes Neto, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, representando o Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça; Paulo César Marques Neves, Promotor de Justiça de Saúde do Procon Estadual; Stael Christian Riani Freire, Coordenadora do Procon Municipal de Belo Horizonte; e Lázaro Luiz Gonzaga, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Medicamentos-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dinis Pinheiro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe requerimentos do Deputado Diniz Pinheiro (2) em que solicita seja formulado apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, para instaurar inquérito civil com o propósito de apurar responsabilidades pelo aumento expressivo do preço dos medicamentos nos últimos meses e, se for o caso, adotar as medidas judiciais pertinentes; e em que solicita seja formulado apelo à Presidência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa -, com o propósito de adotar as providências necessárias para impedir o aumento abusivo que vem ocorrendo no preço de medicamentos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos parlamentares e do público em geral, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Célio Moreira - Hely Tarquínio - Délio Malheiros.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/8/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento do ofício do Sr Felipe Estabile Moraes, Chefe de Gabinete de Educação, publicado no "Diário do Legislativo" de

8/8/2008. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovada, em turno único, a Proposta de Ação Legislativa nº 571/2007 (relator: Deputado André Quintão), que recebeu parecer pela aprovação na forma de requerimentos apresentados. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação é aprovado requerimento dos Deputados João Leite, Ivair Nogueira, André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura em que solicitam ao Secretário de Estado de Esportes e da Juventude esclarecimentos acerca da não-participação do Estado de Minas Gerais nas Olimpíadas Escolares de 2008, a serem realizadas na cidade de Poços de Caldas, em nosso Estado, e a possível inclusão dos atletas mineiros nessa importante competição. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - Ana Maria Resende.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/9/2008

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e a discutir e votar parecer de redação final e proposições da Comissão. A seguir, acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.645/2008, em turno único, para o qual designou relator o Deputado Vanderlei Jangrossi. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o parecer pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1, do Projeto de Lei nº 530/2007 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes); e o parecer pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.426/2007 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.555 e 2.600/2008 (relator: Deputado Chico Uejo). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.826/2008. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.425/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Vanderlei Jangrossi e Padre João em que pleiteiam seja solicitada ao Secretário de Fazenda a revisão imediata da pauta do leite cru resfriado nas operações realizadas fora do Estado, tendo em vista que o valor, hoje estipulado, é superior aos valores médios de mercado; Padre João, Vanderlei Jangrossi e Antônio Carlos Arantes em que solicitam seja realizada visita da Comissão à cidade de Teófilo Ottoni, no dia 9/9/2008, às 9 horas, com o objetivo de participar do lançamento do Plano Safra 2008/2009 - Mais Alimentos -, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e de assinaturas de acordos federativos entre esse Ministério e as Prefeituras dos Territórios da Cidadania. O Presidente recebe requerimento do Deputado Almir Paraca em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão, com a presença do Presidente da Petrobras, para debater o cenário do biocombustível no Brasil e no mundo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Padre João.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/9/2008

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Inácio Franco e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de correspondência do Sr. Raul Herrmann Júnior, publicada no "Diário do Legislativo", em 28/8/2008. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.888/2007, do Governador do Estado, no 1º turno, para emitir parecer sobre emenda recebida em Plenário, e avoca a si a relatoria da matéria. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.994/2008 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Wander Borges); e 2.101/2008 com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas (relator: Deputado Fábio Avelar, em virtude de redistribuição). O parecer sobre emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 1.269/2007, em 1º turno, que conclui pela aprovação das Emendas nºs 22 e 23 na forma das respectivas Subemendas nºs 1, apresentadas, 24 na forma apresentada em Plenário, e 25 e 27, apresentadas pela Comissão, acatando sugestão do Deputado Jayro Lessa, é aprovado (relator: Deputado Sávio Souza Cruz). A Proposta de Emenda nº 1, apresentada pelos Deputados Jayro Lessa e Antônio Júlio, é rejeitada. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.638/2008 (relator: Deputado Inácio Franco). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe os seguintes requerimentos, que serão apreciados oportunamente: do Deputado Alencar da Silveira Jr. em que solicita a realização de audiência pública para discutir a degradação ambiental e descaracterização paisagística da Serra de Igarapé ou Serra da Farofa, no Município de Igarapé; e do Deputado Almir Paraca em que solicita a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 2.307/2008, dos Deputados Domingos Sávio, Antônio Carlos Arantes e José Henrique, que altera o art. 17 da Lei nº 14.309, de 19/6/2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Fábio Avelar - Wander Borges - Inácio Franco.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/9/2008

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Walter Tosta. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" de 28/8/2008: ofícios da Sra. Soiara

Suziney Xavier e do Sr. Max Fernandes dos Santos, da Caixa Econômica Federal, e dos Srs. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Luiz Antônio Souza da Eira, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional; Ezequiel Sousa do Nascimento, Secretário de Políticas Públicas de Emprego; Rodolfo Guimarães Filho, da Superintendência de Apoio à Infra-Estrutura Municipal da Secretaria de Transportes e Obras Públicas; e Elmo Braz Soares, Presidente do Tribunal de Contas do Estado. Em seguida, o Presidente comunica que está aberto até o dia 8/9/2008 o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 2.675/2008 e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 555/2007 e 2.343/2008 (Deputado Jayro Lessa) e 1.689/2008 (Deputado Antônio Júlio), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 555/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; e 2.343/2008 (relator: Deputado Jayro Lessa); 1.689/2007 (relator: Deputado Sebastião Helvécio, em virtude de redistribuição) e 2.122/2008 (relator: Deputado Lafayette de Andrada, em virtude de redistribuição) na forma dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Os Projetos de Lei nºs 2.123, 2.164, 2.242 e 2.352/2008 são retirados da pauta, os dois primeiros, atendendo-se a requerimento dos Deputados Walter Tosta e Lafayette de Andrada, respectivamente, aprovados pela Comissão, e os demais, por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2008.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Sebastião Helvécio - Agostinho Patrús Filho - Lafayette de Andrada.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis e os Deputados Dimas Fabiano e Antônio Genaro, membros da supracitada Comissão, para o Debate Público "Guimarães Rosa: o poder da palavra", a ser realizado, com a presença de convidados, em 15/9/2008, às 14 horas, no Plenário.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.649/2008

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria da Deputada Elisa Costa, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Centro de Assistência Social e Educacional John F. Kennedy, com sede no Município de Belo Oriente.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.649/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação Centro de Assistência Social e Educacional John F. Kennedy, com sede no Município de Belo Oriente, entidade de caráter assistencial, sem fins lucrativos, que tem como objetivo o projeto de implantação de radiodifusão, operando pela Rádio Belo Vale FM, com uma programação variada, voltada, principalmente, para o jornalismo educativo, cultural e esportivo.

Para a consecução de suas atividades programáticas, oferece mecanismos para a formação e o aperfeiçoamento profissional de jornalistas e radialistas, bem como busca desenvolver a integração da comunidade, promovendo atividades educacionais, culturais e de lazer.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.649/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2008.

Gustavo Valadares, relator.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 11/9/2008, as seguintes comunicações:

Do Deputado Sávio Souza Cruz notificando o falecimento do Sr. José Gilberto Alves de Souza, ocorrido em 8/9/2008, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Sávio Souza Cruz notificando o falecimento da Sra. Itália Terezinha Villani Correa, ocorrido em 9/9/2008, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva notificando o falecimento do Sr. José dos Reis, ocorrido nesta data, em Congonhal. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Seção de Minas Gerais da OAB pela passagem da Semana do Advogado e por sua iniciativa em favor da criação de um tribunal regional para atender o Estado (Requerimento nº 2.811/2008, da Comissão de Justiça);

de congratulações com a Fiat Automóveis S.A. por sua premiação como Empresa do Ano no anuário "Melhores e Maiores", da revista "Exame" (Requerimento nº 2.814/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho);

de aplauso ao Mercado Central por seus 79 anos de fundação (Requerimento nº 2.815/2008, do Deputado Doutor Viana);

de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal José Antônio de Vasconcelos Costa (Requerimento nº 2.816/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Superintendência Regional de Ensino de Itajubá por seus 50 anos de criação (Requerimento nº 2.822/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Paróquia Nossa Senhora da Piedade, de Felixlândia, por seus 150 anos de criação (Requerimento nº 2.824/2008, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso aos Soldados do Estado pela passagem do Dia do Soldado (Requerimento nº 2.825/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Câmara Municipal de Lavras por seus 176 anos de criação (Requerimento nº 2.827/2008, do Deputado Zezé Perrella);

de congratulações com a Sociedade Educacional e Cultural de Sabará (Faculdade de Sabará) por seus 10 anos de atividades (Requerimento nº 2.829/2008, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Ivan Lemos Brandão, Presidente da Cooperativa dos Produtores de São Gonçalo do Sapucaí - Coopervas -, por ter essa Cooperativa recebido prêmio nos Estados Unidos (Requerimento nº 2.851/2008, da Comissão de Turismo);

de congratulações com o Sr. Alberto Duque Portugal, Secretário de Ciência e Tecnologia, pelo lançamento do Pólo de Excelência do Café, na Universidade Federal de Lavras (Requerimento nº 2.852/2008, da Comissão de Turismo).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos proferidos em 9/9/2008

O Deputado Gil Pereira* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna hoje é a alegria que nós, a bancada norte-mineira, estamos sentindo pelos vários anúncios de obras que o Governador fez para a nossa região. Na nossa cidade, Montes Claros, havia uma reivindicação antiga da sociedade rural, do sindicato rural e dos produtores que margeiam o Rio Verde Grande, de uma estrada cujo nome é Estrada da Produção, que vai até o Distrito de São Pedro das Garças e que, posteriormente, chegará até as cidades de São João da Ponte e Bom Jardim, interligando as cidades de Varzelândia e Ibiracatu, que ficam próximas à nossa cidade, Jaíba, onde se escoará a produção do Projeto Jaíba.

Então, na última audiência que nós, a bancada do Norte de Minas, composta por oito Deputados, tivemos com o Governador, o Deputado Luiz Tadeu Leite - quero fazer justiça - levou um ofício assinado pelos outros sete Deputados. E hoje, 9/9/2008, um dia histórico, o Governador anunciou autorização do reinício dessa obra, que se encontrava parada há mais de 15 anos.

Realmente queremos agradecer ao Governador Aécio Neves mais esse benefício. Da mesma forma, o Governador também deu um presente ao povo norte-mineiro quando autorizou a execução do projeto que liga Pintópolis a Arinos. O trecho São Francisco-Pintópolis está sendo asfaltado pelo Processo. Quem sai de Montes Claros vai economizar 200km para chegar a Brasília, passando por Pintópolis, São Francisco, Arinos e Uruçuaia. De Montes Claros a Brasília eram 700km. Agora, com o asfaltamento do trecho Pintópolis-Arinos, vão ser economizados 200km. Considerando ida e volta, serão economizados 400km. O Governador está-nos brindando com mais esse benefício para o ano de 2009.

Outras obras estruturantes também estão avançando. O Governador autorizou também um projeto para ligar a BR-365 à cidade de Luislândia, com 125km de asfalto, onde a Petrobras está trabalhando na perfuração do gás, ao lado das cidades de Buritizeiro, São Romão e Ponto Chique e onde existe um projeto da Fuchs, a segunda maior empresa de condimentos do mundo.

Realmente o Governador está levando desenvolvimento à nossa região. Temos a obra que liga a cidade de São Romão a São Francisco, que margeia o Rio São Francisco, e em breve teremos a Transfranciscana, ou seja, teremos asfalto de Ibiaí a Manga. Pelo Processo foram liberados 36km para o trecho de Ibiaí a Ponto Chique. Agora, foram liberados 53km para o trecho de São Romão a São Francisco. O Governador realmente está brindando o Norte de Minas, uma região produtiva, inclusive com projetos de irrigação, avanço muito importante.

Outro avanço que o Governador vai anunciar em pouco tempo é relacionado à cidade de Jequitaiá. O Projeto Jequitaiá, que estava nas mãos da Codevasf, foi passado para a Ruraminas através de um acordo com o Ministro Gedel Lima e o Presidente da Codevasf. É um projeto de mais de R\$600.000.000,00, que vai irrigar 35.000ha por gravidade e que vai ter duas PCHs. Levando-se em conta que cada hectare gera um emprego direto, esse projeto vai gerar 35 mil empregos diretos para que possamos alavancar o desenvolvimento da região. Jequitaiá está a pouco mais de 360km da Capital do Estado e a quatrocentos e poucos quilômetros do Distrito Federal. Então, o Governador está integrando o Norte de Minas ao Estado e ao resto do País. Realmente o Triângulo, o Sul, a Zona da Mata são regiões muito desenvolvidas em relação à nossa região, e agora o Governador realmente deu um salto de qualidade para o cidadão norte-mineiro.

O Indi descobriu uma área enorme em quatro Municípios - Salinas, Grão-Mogol, Rio Pardo de Minas e Santa Cruz de Salinas -, uma jazida muito grande, comparada ao Quadrilátero Ferrífero de Belo Horizonte, que vai proporcionar um salto de qualidade àquela região, quase divisa com Bahia.

Isso tudo ocorrerá graças ao trabalho do nosso Governador Aécio Neves e de sua equipe. Queremos muito agradecer esses investimentos destinados ao Norte de Minas. Ele também, por meio da Codemig, juntamente com uma empresa particular, vem explorando o gás. A Codemig deve ser a primeira a perfurar os poços de gás das cidades de Ponto Chique e de Buritizeiro, ainda no final deste ano para que, se Deus quiser, no próximo ano possamos contar com esse grande potencial, dada a quantidade de gás que pode haver naquela reserva do Norte de Minas.

O Governador, que está de parabéns, vem trabalhando junto ao Presidente Lula, em parceria com os Ministérios e com a Petrobras, para que seja possível desenvolver nossa região. Não tenho dúvida de que essas potencialidades farão com que nosso IDH seja igual ou maior que os do restante do Estado de Minas Gerais. Temos de agradecer e parabenizar o Governador e sua equipe por esse avanço, por esse anúncio de hoje.

A estrada para a produção é solicitação antiga da sociedade rural, do sindicato rural. O Deputado Luiz Tadeu Leite havia levado ao Governador um requerimento assinado por todos os Deputados. Essa nossa solicitação é que originou tal autorização apresentada pelo Governador hoje, dia 9/9/2008, a qual representa um marco histórico para nossa cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Saúdo o caríssimo Deputado Doutor Viana, que preside esta reunião ordinária, assim como os demais Deputados e Deputadas, os telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, os assessores, os amigos e as amigas, todos os companheiros.

Pudemos acompanhar, na manhã de hoje, mais um festivo evento, graças à determinação de um grande Governador. Todo o Estado de Minas Gerais pôde assistir a mais uma grande página da história do desenvolvimento e do progresso de nossa gente. Como é bom ouvir um Governador sério, competente, transparente e presente, que sempre procura ofertar o melhor a todos os Municípios mineiros, sem distinção partidária, do Norte ao Sul, do Leste ao Oeste. O Governador, ao saudar a Diretora da escola estadual de Mutum, cumprimentou também as Diretoras das demais escolas.

Essa é a grande filosofia de nosso Governador. Seu programa de trabalho é sempre autêntico e busca recursos para todas as regiões de Minas. Hoje tivemos o prazer de testemunhar o anúncio de um investimento de R\$280.000.000,00 para o Estado de Minas Gerais. Prefeitos, Vereadores, comunidades, lideranças, Deputados Estaduais e Federais testemunhamos sua mensagem de otimismo, ao determinar o início imediato das obras, ao autorizar, junto às Secretarias, a disponibilidade de recursos.

De minha parte, venho a esta tribuna, novamente, para agradecer ao Governador. Espero, ainda por muitas vezes, assomar a esta tribuna, como sempre tenho feito, para pedir e para agradecer.

Expresso, mais uma vez, a minha gratidão, em nome do povo do Sul de Minas, que tenho o prazer de representar nesta Assembléia. Quero falar primeiro de minha querida Ouro Fino, pois hoje o Governador autorizou a liberação de recursos para o término das obras do nosso aeroporto, já denominado de Prefeito Paulo Clepf, construído pelo Presidente Itamar Franco, grande homem público. A pista já está asfaltada; estávamos aguardando recursos para o fechamento das laterais e para fazer obras de estrutura. Hoje o Governador nos disse que as obras do Aeroporto Paulo Clepf, da minha querida Ouro Fino, serão concluídas. Há muitos anos, lutamos pela alocação de recursos para esse pleito, e hoje tivemos a garantia disso. As pessoas de nossa região estão felizes, principalmente os empresários e as pessoas que acreditam na cidade de Ouro Fino, pois brevemente contarão com o aeroporto funcionando.

Além disso foi anunciada a construção de tantas quadras esportivas, poliesportivas, motivo pelo qual quero também agradecer, em nome de vários Municípios do Sul de Minas, onde somos votados. Também agradeço a premiação da Escola Estadual Professora Delorme de Avellar Muniz, da minha querida Ouro Fino, onde brevemente haverá uma quadra poliesportiva que atenderá a vários bairros.

Diante disso, neste momento quero, alto e bom som, agradecer ao Governador a autorização do início imediato das obras de asfaltamento da estrada de Jacutinga-Espírito Santo do Pinhal, que perfaz um trecho de 11km. Por meio de várias audiências públicas, solicitamos ao Governador, como o fizemos há 20 dias, que incluísse essa estrada na rota do desenvolvimento, ligando os Estados de Minas Gerais e São Paulo, de modo a garantir o escoamento dos nossos produtos. Essa estrada é de mais alta importância não só para 2, 3, 4 ou 10 cidades mas também para todo o pólo universitário, visto que 5 ou 6 ônibus da nossa região a utilizam diariamente, pois nossos jovens freqüentam as universidades do Estado de São Paulo.

Temos muito que comemorar. Quero demonstrar a todos a nossa satisfação com o anúncio das obras da estrada Jacutinga-Espírito Santo do Pinhal, bem como com as da estrada que vai de São Gonçalo do Sapucaí a Cordislândia, uma reivindicação feita há muitos anos. Em São Gonçalo, fica a comarca, escolas, universidades e a sede dos negócios da área da saúde e da segurança. Todos os segmentos de Cordislândia e de São Gonçalo do Sapucaí pleitearam isso, e o Governador hoje autorizou o início das obras de asfaltamento desses trechos, bem como do trecho compreendido entre as cidades de Monsenhor Paulo e Cordislândia.

Sr. Presidente, outras obras foram anunciadas hoje. O Deputado Carlos Mosconi estava lá anunciando o contorno para Andradas e Botelhos, enfim, para tantas cidades, como Camanducaia e Monte Verde.

Os ilustres Deputados sabem da luta que foi travada ao longo dos anos para a construção da estrada Camanducaia-Monte Verde. Também presente estava o Deputado Agostinho Patrús Filho, cujo saudoso pai, quando Secretário de Obras, tanto se empenhou pela região. O Sul de Minas está em festa com essas tantas obras, que mostram a sua presença e sua determinação. O desenvolvimento está cada dia chegando mais perto. Temos muito que comemorar nesta manhã em nome do Sul de Minas.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Deputado Dalmo Ribeiro, quero irmanar-me ao pronunciamento que faz V. Exa. em relação ao pacote de obras que hoje foi anunciado pelo Governador Aécio Neves. O Norte de Minas também foi beneficiado porque está entre as obras lá alinhadas, com uma importantíssima, que é a conclusão da Estrada da Produção. A bancada do Norte recentemente esteve com S. Exa. o

Governador, e, a um pedido meu, fizemos a indicação da necessidade urgente da conclusão dessa obra. São 100km que ligarão Jaíba a Montes Claros e Montes Claros ao mundo. Toda a produção de frutas da Jaíba poderá ter o escoamento natural por essa rodovia que hoje é feita, com 50km a mais.

O Governador Aécio Neves hoje tomou essa iniciativa. Queremos agradecer a S. Exa. e parabenizar o governo de Minas pela boa-vontade que teve para com a nossa região e, em especial, o atendimento à nossa reivindicação, que foi confirmada pela bancada do Norte, composta por 9 Deputados votados na região do Norte de Minas. V. Exa. está de parabéns por abordar esse assunto.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Parabéns a todos nós, ilustre Deputado Luiz Tadeu Leite. Sr. Presidente, aproveitando os minutos que me restam, caso não consiga ler todo o meu pronunciamento, que V. Exa. permitisse que se publicasse como se lido fosse, uma vez que só tenho 4 minutos para saudar, mais uma vez, também o Sul de Minas. Dessa vez, a nossa Universidade Federal de Itajubá - Unifei -, que está entre as 10 melhores universidades do País. Tenho a certeza absoluta de que não somente hoje Itajubá, em nosso Sul de Minas - quero saudar e cumprimentar a Universidade Federal de Viçosa, a UFMG e a Universidade Federal do Triângulo Mineiro -, a nossa Unifei é o grande orgulho da região sul-mineira, a exemplo do saudoso Presidente Aureliano Chaves, que foi um dos maiores benfeitores dessa consagrada e centenária instituição, que hoje está entre as 10 maiores universidades do País.

Isso é motivo de muita alegria. Conheço e reconheço o trabalho e o ensinamento de alto estilo que vem sendo empregado nessa Universidade. O Prof. Renato Nunes, hoje Reitor, tem uma equipe de professores de grande conhecimento pedagógico e tem feito dessa instituição secular o exemplo maior do ensino superior, marcando com letras maiúsculas o ensino especializado, que vem sendo ministrado por grandes professores formados, já doutores com PhD. Hoje a Unifei recebe um título consagrador por estar entre as 10 maiores universidades do País.

Quero saudar a todos os nossos itajubenses porque a nossa instituição, a Unifei, é marca maior da conduta do seu extraordinário desempenho universitário, orgulho de todos nós, sul-mineiros, de estar hoje nos jornais de todo o Brasil, tendo a sua referência maior pela sua capacidade, que norteia o espírito de seriedade e a sua parte administrativa, tão bem cuidada, zelada e respeitada pelo próprio MEC. Essa, sem dúvida alguma, é uma instituição que restabelece o trabalho e o conhecimento pedagógico superior de nossa região.

Hoje Itajubá está em festa. Quero associar-me ao Prof. Renato Nunes, Magnífico Reitor da Unifei, que tem sido parceira em muitos projetos. Tenho o privilégio de estar sempre lá debatendo ações maiores para a nossa região, como barragens, enchentes, construção da nossa BR. Enfim, graças ao espírito extraordinário que reina nessa instituição, ela tem sido um palco extraordinário não apenas para o aprendizado mas também para a solução de todos os problemas da região. Por isso está sendo premiada hoje.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vejo esse prêmio maior não somente pelas nossas universidades citadas aqui, no meu pronunciamento, mas também pelo conjunto extraordinário de valores maiores que carregam, consagram, respeitam e dignificam o ensino superior no nosso Estado. Fico muito feliz, Sr. Presidente, por cumprimentar nossa Unifei, toda a cidade de Itajubá e região sul-mineira, por estar incluída entre as 10 melhores universidades deste país. Tenho a certeza de que o ensinamento ministrado por essa secular instituição aprimora-se diariamente, dignificando e fortalecendo todas as cabeças iluminadas que freqüentam essa sementeira da educação de Itajubá.

Com muita alegria, parabenizo as universidades federais de Minas Gerais que foram classificadas pelo Índice Geral de Cursos - um novo indicador do MEC, divulgado ontem - entre as 10 melhores universidades do País. São elas: a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Federal de Minas Gerais - a UFMG -, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro e a Universidade Federal de Itajubá, a nossa Unifei, grande orgulho da região sul-mineira, onde sempre nos lembramos, com saudade, do Presidente Aureliano Chaves, que tanto fez pela instituição.

Peço, assim, licença para prestar a minha especial homenagem à Unifei, que, ao completar os seus 95 anos de fundação, alcança o merecido título, fruto de uma trajetória de contínuo crescimento e de aprimoramento constante de seus projetos educacionais e sociais, construindo uma história de relevantes serviços prestados ao Estado de Minas Gerais e ao Brasil. Idealizada pelo advogado Theodomiro Carneiro Santiago, foi a 10ª escola de engenharia a se instalar no País, em 23/11/13, com o nome de Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá, fato que impulsionou o desenvolvimento da cidade, hoje uma das mais importantes de nossa região.

Desde logo, o Instituto destacou-se na formação de profissionais especializados em sistemas energéticos, notadamente em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Reconhecido oficialmente pelo governo federal em 5/1/17, o curso tinha, inicialmente, a duração de três anos. Passou para quatro anos em 1923 e, em 1936, foi reformulado e equiparado ao da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Teve o nome mudado para Instituto Eletrotécnico de Itajubá em março daquele mesmo ano e, em janeiro de 1956, foi federalizado.

Em 1968, passou a denominar-se Escola Federal de Engenharia de Itajubá. A competência e o renome adquiridos em novas áreas de atuação conduziram-na ao desdobramento do seu curso original em cursos independentes, de Engenharia Elétrica e de Engenharia Mecânica, com especial ênfase para as áreas de eletrotécnica e mecânica plena. Iniciou cursos de pós-graduação, com mestrados em Engenharia Elétrica, Mecânica e Biomédica, este último posteriormente descontinuado. Acompanhando a evolução tecnológica, Aureliano Chaves, o grande pioneiro, expandiu as ênfases de engenharia, incluindo a de produção, no curso de Engenharia Mecânica, e a de eletrônica, no de Engenharia Elétrica.

Tendo sempre a expansão como a sua principal meta, passa a oferecer um atendimento amplo e diversificado, com vistas a formar profissionais da área tecnológica. Para atender à demanda nacional e, acima de tudo, à regional, a instituição mobilizou-se a fim de se transformar em universidade especializada na área tecnológica, modalidade acadêmica prevista na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Essa meta começou a concretizar-se a partir de 1998, quando, com a devida aprovação pelo Conselho Nacional de Educação de sete novos cursos de graduação, houve uma significativa expansão de dois para nove cursos. Posteriormente, foram implantados mais dois outros cursos de graduação: Física Bacharelado e Física Licenciatura.

A concretização do projeto de transformação em universidade deu-se em 24/4/2002, por meio da Lei nº 10.435, sancionada pelo ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. A Unifei oferece atualmente 11 cursos de graduação, 5 de pós-graduação "lato sensu" e 7 de mestrado e doutorado; 96% de seus docentes trabalham em regime de tempo integral, com dedicação exclusiva; 56% deles têm o título de doutor; 37% o título de mestre; 3% o título de especialista; e 4% de graduação. Ou seja, 93% são pós-graduados em nível de mestrado ou doutorado. Os cerca de 2.200 alunos matriculados na Unifei e as 270 pessoas que compõem o quadro de servidores técnico-administrativos encontram-se distribuídos na sua extensa estrutura física, composta por 3 unidades principais: o conjunto central, que data de sua criação, onde funcionou de 1913 até o início da década de 70. Ali estão instalados dois auditórios, intensamente utilizados pelas comunidades interna e externa; o Laboratório de Alta Tensão; salas de aulas; a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica; a Rádio e a Televisão Universitária - esta como repetidora do sinal da TV Educativa -; a Unifei Júnior; o Museu Theodomiro Santiago; duas Fundações de Apoio; a sede nacional da Associação de ex-Alunos. Abriga, ainda, o Escritório Regional do Crea de Minas Gerais e a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, Indústria, Comércio e Turismo.

A segunda unidade, o Campus Universitário Prof. José Rodrigues Seabra, distante 1.500m do centro da cidade, teve suas primeiras instalações inauguradas em 23/11/73, data em que a Universidade completou 60 anos. De sua área de 381.588m², 38.334m² são de área construída coberta. Também fazem parte do câmpus o centro poliesportivo, o restaurante, a capela ecumênica e um lago que vem sendo utilizado como laboratório informal e como opção de lazer para as comunidades interna e externa. O câmpus avançado, a terceira unidade, constituído pela Usina Hidrelétrica Luiz Dias, inaugurada em 1914, dista aproximadamente 16km do câmpus principal. Compreende um sítio de 389.600m²,

com 2.864m² de área construída. Conta três unidades geradoras de 800kVA cada uma, recuperadas e modernizadas em parceria com diversas empresas da área eletromecânica, principalmente no que se refere ao sistema de proteção. A Usina Luiz Dias foi cedida à Unifei por intermédio de convênio com a Cemig. Funciona como um conglomerado de laboratórios naturais, atendendo principalmente aos novos cursos de Engenharia Ambiental e Engenharia Hídrica.

Inúmeras e importantes atividades de extensão universitária têm sido ampliadas e dinamizadas pela Unifei nos últimos anos, resultantes da interação com a comunidade itajubense. Um dos principais exemplos é o Projeto Itajubá-Tecnópolis, que, concebido por um grupo de professores da Unifei, norteou o Sistema Municipal de Ciência e Tecnologia e foi adotado pela administração como projeto de desenvolvimento do Município. Recebeu o apoio do governo do Estado, do Sebrae e do Instituto Euvaldo Lodi, ligado à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg.

Outro projeto que tem uma participação destacada da Unifei é o da chamada Rota Tecnológica 459. Trata-se de um movimento comunitário que pretende reunir cidadãos de 88 Municípios sul-mineiros e 19 paulistas, situados numa faixa de 50km em torno do eixo da Rodovia BR-459, que liga Lorena a Poços de Caldas, passando por Itajubá, Santa Rita do Sapucaí e Pouso Alegre, importante elo rodoviário entre as Rodovias Presidente Dutra e Fernão Dias. O objetivo é promover um desenvolvimento regional integrado, por meio do estudo das peculiaridades de cada Município, de seus problemas, de suas vocações e potencialidades. A Unifei e o Instituto Nacional de Telecomunicações - Inatel -, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí, são as principais instituições tecnológicas que dão sustentação e apoio ao projeto do pólo de tecnologia da informação e das telecomunicações da região do Alto Sapucaí, que também conta com o apoio do governo mineiro, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia. A atividade de extensão da Unifei extrapola, no entanto, a esfera regional, sendo sede, por exemplo, da secretaria do Centro Nacional de Referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas - CERPCH.

Pela sua grande importância para o Sul de Minas e para todo o nosso Estado, projetando-o no cenário nacional, ao ser classificada entre as 10 melhores universidades do País, congratulo-me com o Prof. Renato de Aquino Faria Nunes, Reitor da Unifei, com todos os seus Diretores, com os corpos docente e discente, com os funcionários e com toda a comunidade itajubense por essa grande conquista.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Presidente Doutor Viana, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembléia, imprensa, é com alegria que subimos a esta tribuna para registrar um importante evento ocorrido hoje, pela manhã, em Teófilo Ottoni, nossa querida cidade, governada pela Prefeita Maria José Haueisen. O evento contou com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário do governo Lula, Guilherme Cassel, e também do Delegado Regional do Ministério em Minas Gerais, nosso ex-colega Rogério Correia, e do Coordenador do Inkra em Minas Gerais, nosso ex-Deputado e companheiro Adelmo Carneiro Leão, além de parlamentares da Assembléia Legislativa, Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João e este Deputado, na condição de Presidente da Comissão de Participação Popular.

Deputada Elisa, na oportunidade, o Ministro lançou o Plano Safra Mais Alimentos, direcionado a apoiar agricultores familiares do Estado de Minas Gerais quanto ao acesso ao crédito, à tecnologia, ao assessoramento, ao custeio, e também aos investimentos necessários para a modernização da produção. Vejam bem, Srs. Deputados e Sras. Deputadas: no governo anterior, do Presidente Fernando Henrique, pulamos de R\$2.000.000.000,00 para R\$13.000.000.000,00, destinados à nossa agricultura familiar, setor que corresponde a 70% da produção de alimentos que chegam diariamente à mesa do povo brasileiro. É a agricultura familiar, do milho, do feijão, do arroz, da mandioca, do leite, da pecuária e da fruta que alimenta o povo brasileiro. Portanto o momento atual do País permite esse estímulo ao aumento da produção agrofamiliar, exatamente porque o poder aquisitivo e de consumo do mercado interno brasileiro tem aumentado, por meio de um processo efetivo e intenso de redistribuição da renda nacional e de redução das desigualdades sociais. O governo Lula conseguiu imprimir um modelo econômico que combina crescimento e desenvolvimento com justiça social e redução das desigualdades. Tudo isso aliado a uma verdadeira rede de proteção social, que, por meio do Pronaf, do Bolsa Família, da previdência social e do benefício de prestação continuada, faz com que o brasileiro possa consumir e alimentar-se mais. Hoje, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, no lançamento do Plano Safra Mais Alimentos, foram disponibilizados R\$1.400.000.000,00 somente para o nosso Estado, o Estado de Minas Gerais. Quase o mesmo valor que o governo Fernando Henrique destinava para todo o Brasil. O que o governo Lula está destinando para Minas Gerais, para o pequeno agricultor, para a agricultura familiar, para os trabalhadores rurais neste ano é o equivalente ao que o ex-Presidente Fernando Henrique destinou para todo o Brasil no seu último ano de governo. Em 1995, 1996, não fosse a mobilização dos trabalhadores rurais, o grito da terra e a pressão dos sindicatos de trabalhadores rurais, o Brasil não teria sequer um plano para a agricultura familiar. Nos idos de 1995 e 1996, pouco mais de uma década, o governo Fernando Henrique destinava pouco mais de R\$200.000.000,00 para a agricultura familiar. Mas hoje, só no Vale do Mucuri, serão aplicados aproximadamente R\$30.000.000,00, o que irá beneficiar cerca de 4 mil a 5 mil pequenos produtores rurais. Deputado Elmiro Nascimento, para se ter uma idéia, a linha de crédito para modernização e aquisição de equipamentos, uma novidade nessa linha de mais alimentos, isto é, para aumentar a produção de alimentos e deixar o Brasil imune à crise mundial de alimentos, terá recursos de até R\$100.000,00, com juros de 2% ao ano, prazo de carência de três anos e prazo de financiamento de uma década. É isso mesmo. São R\$100.000,00 por família, para modernizar a produção e aumentar a produtividade dessas famílias, com prazo de carência de três anos, Deputado Eros Biondini, e juros de 2%, num período de 10 anos, para pagamento. Isso são conquistas do trabalhador brasileiro, que apóiam o homem do campo e nos fazem sentir orgulho do PT, o Partido dos Trabalhadores, que está, em cada Município, apoiando a agricultura familiar.

Este Presidente do PT, o Presidente Lula, está disponibilizando R\$13.000.000.000,00 para você, agricultor familiar, no seu Município, por meio dos Bancos do Brasil e do Nordeste, e sem burocracia. E, se tiver burocracia, a ordem é colocar essa turma para desburocratizar. Aliás, a ordem do Presidente é fazer com que esse recurso chegue, o mais rápido possível, para o agricultor familiar, para que o Brasil produza mais alimentos, para que o brasileiro se alimente mais, e para que a vida do homem do campo seja cada vez melhor. Concedo aparte a essa grande referência da agricultura familiar em Minas Gerais, o Vice-Presidente da Comissão de Agropecuária, Deputado Padre João.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Obrigado. Foi uma alegria, com V. Exa. e o Presidente da Comissão, Vanderlei Jangrossi, estar lá com o Ministro Guilherme Castro, o Delegado do MDA, Rogério Correia, e o Superintendente do Inkra. Embora tenhamos boas razões para celebrar essas grandes conquistas com participação dos trabalhadores rurais, infelizmente o que se investe em Minas Gerais ainda é quase nada. Os órgãos financiadores ficam com receio, quando não há assistência técnica adequada. Só há a Emater, uma das melhores empresas públicas que temos, porém fica muito caro para os Municípios. O governo do Estado não investe, e quem arca com as despesas da Emater é o Município e o convênio com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, que neste ano repassou mais de R\$5.000.000,00 para a Emater, para assistência técnica e extensão rural. Quem arca com o restante é o Município, e um técnico custa em torno de R\$1.500,00, sem contar aluguel, secretário e a infra-estrutura para o técnico trabalhar. O Estado não entra sequer com gasolina suficiente para o técnico ir às comunidades rurais. Em Municípios com 30 ou 40 comunidades, há apenas 1 técnico. A própria OEA estabelece que o ideal está em torno de 40 famílias para cada técnico, sendo o máximo de 100 famílias, e aqui temos apenas 1 técnico para cada Município. Parabéns pelo pronunciamento neste dia tão importante para Minas Gerais e para o Brasil, quando lança não só o Pronaf, mas o Plano Safra, proporcionando mais alimento, e não apenas com mais recursos, mas também com novas modalidades, como irrigação para o pequeno produtor, recuperação de terras degradadas, implantação de vegetação. Parabéns!

O Deputado André Quintão* - Obrigado. Esperamos que cada ente da Federação faça a sua parte, assim como o governo Lula está fazendo, multiplicando por seis o recurso destinado à agricultura familiar. E também como o Presidente Lula assinou, na semana passada, o edital de abertura integral das vagas federais para o vestibular deste ano, dobrando-as. Quando o governo Lula assumiu, eram destinadas 113 mil vagas para o curso superior federal público e gratuito, mas, no edital da semana passada, constam 227 mil vagas, mais que o dobro de vagas destinadas aos estudantes que desejam ingressar na universidade. E, para a alegria de nós, mineiros, hoje o MEC publicou uma avaliação geral de comportamento, desempenho e qualificação das instituições de ensino superior no Brasil. Entre as 10 instituições mais bem avaliadas do País, 4 estão em Minas Gerais: a Universidade Federal de Viçosa, a UFMG - onde V. Exa. e eu tivemos a oportunidade de estudar -, a

Universidade Federal do Triângulo Mineiro e a Universidade Federal de Itajubá. Isso mostra a excelência do ensino superior público e gratuito do governo Lula no Estado de Minas Gerais. E, entre as 30 melhores, está uma pela qual temos o maior carinho, Deputada Elisa, nós que batalhamos tanto pela sua implantação: a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

E as notícias boas do Presidente Lula não param por aí.

Na semana passada, no VII Festival Internacional Lixo e Cidadania, em uma cena de importante simbolismo, vimos o Presidente Lula, o Vice-Presidente José Alencar, os Ministros Patrus Ananias, Dilma Rousseff e Luiz Dulci e o próprio Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, todos eles na abertura e na celebração de um encontro com os catadores de material reciclável de todo o Brasil e mesmo de alguns outros países. Nesse encontro, o Presidente Lula, por meio da Itaipu Binacional, lançou o carrinho elétrico - para facilitar a vida dos catadores de material reciclável, que com isso terão possibilidade de ampliar seus lucros com mais qualidade de vida - e linhas de financiamento para que esses catadores, em associações e cooperativas, possam agregar valor ao material reciclável coletado. Juntam-se, assim, o respeito ambiental, o fortalecimento da coleta seletiva e a inclusão social.

É por isso que o Brasil vive um momento tão luminoso: um modelo de desenvolvimento que pressupõe estímulo à educação, respeito ao meio ambiente, distribuição de renda, apoio às pessoas mais humildes e busca de redução das desigualdades regionais, focalizando tanto a população das cidades quanto o homem do campo. É por esses motivos que nos orgulhamos do governo Lula e do PT.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Agradeço o aparte ao Deputado André Quintão, que, entre outros temas, abordou a agricultura familiar, assunto muito importante. Hoje é o Dia Nacional do Médico Veterinário, classe muito ligada à agropecuária, sobretudo a familiar, área que vive até certa carência desse profissional, já que a Emater muitas vezes disponibiliza mais o agrônomo profissional ou o técnico agrícola do que o veterinário, que faz falta na consultoria e no apoio a essa atividade. Assim, ao parabenizar V. Exa. por suas palavras, quero parabenizar também os médicos-veterinários espalhados por todo o Brasil, muitos deles em Minas Gerais, e todos os que estão ligados a essa nobre profissão, na pessoa do Presidente do CRMV-MG, Dr. Fernando Lender, com quem estarei hoje à noite.

O Deputado André Quintão* - Encerro, Deputado Eros Biondini, congratulando-me com todos os médicos-veterinários, na sua pessoa e na pessoa do Deputado Domingos Sávio, profissionais dessa área, que serão homenageados nesta noite, pela passagem do dia dessa importante profissão, e, mais uma vez, cumprimento, em nome de Minas Gerais e desta Assembléia, o Presidente Lula, cuja ação implica mais alimentos, mais apoio à agricultura familiar e mais distribuição de renda - são R\$13.000.000.000,00 disponibilizados para o agricultor familiar; com isso, ganham Minas, o Brasil e a mesa do povo brasileiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Quero saudar o Presidente em exercício, Deputado Doutor Viana; os Deputados André Quintão e Carlin Moura, presentes em Plenário; os que nos acompanham neste momento e todo o povo de Minas Gerais, especialmente de Governador Valadares. Quero registrar a minha participação, a convite do Deputado Jayro Lessa, em um evento realizado hoje pela manhã, no Palácio da Liberdade, em que se noticiou que a cidade de Governador Valadares vai passar pela realização de mais uma obra, feita também com recursos do governo Lula: as reformas e as ampliações que estão sendo levadas a cabo no aeroporto dessa cidade. São obras que serão feitas com recursos da Infraero, em parceria com o Estado e com a participação do Município. Tivemos a oportunidade, no momento, de conversar com o Dr. Maurício Campos Júnior, Secretário de Defesa Social, para que fosse feito, também no Município de Valadares, o asfaltamento da estrada que leva à Penitenciária Floriano Peixoto, conhecida como de Paca. Há muitos anos a comunidade está reivindicando essa pavimentação asfáltica para um trânsito mais rápido. Essa ligação asfáltica também contribuiria, e muito, com diversos Distritos no Município de Governador Valadares. Foi também uma oportunidade de fazer, junto com o Deputado Jayro Lessa, essa reivindicação para Governador Valadares. Mais uma das realizações de recursos da parceria do governo Lula com o Estado de Minas Gerais, com o Governador Aécio Neves, e com o Município.

Também quero registrar, Deputado André Quintão, o anúncio feito aqui. Parabenizo a Maria José, Prefeita de Teófilo Otôni, por ter recebido o Ministro Guilherme Cassel, com toda a sua equipe, e principalmente os Deputados da Assembléia Legislativa que lá estiveram para fazer o anúncio do Plano Safra 2008-2009, no valor de R\$13.000.000.000,00 para a agricultura familiar, garantindo o apoio ao seu fortalecimento. Parte dessa equipe estará hoje ainda em Governador Valadares apresentando a proposta do governo Lula na área da agricultura familiar. Receberemos, Deputado Carlin Moura, hoje à noite, em Governador Valadares, a equipe que esteve em Teófilo Otôni, quando serão apresentados à nossa cidade os dados do governo Lula sobre o crescimento da agricultura no nosso país, em Minas Gerais e na região. Exatamente os incentivos do Pronaf, a compra direta do pequeno agricultor, ou seja, o fortalecimento da nossa agricultura familiar também na região do Vale do Rio Doce. Essa comitiva se fará presente em nossa cidade, e receberemos, com muita alegria os nossos Deputados, a nossa representação no Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Superintendente do Inkra, o Delegado Federal Rogério Correia, o nosso Adelmo Leão, enfim, a comitiva que estará hoje em Governador Valadares junto com vários Deputados Federais, exatamente para apresentar, como em Teófilo Otôni, o Plano Safra 2008-2009.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)* - Nobre Deputada, Deputado André Quintão, foi com alegria que estivemos, há pouco, em Teófilo Otôni, para o lançamento do Plano Safra. É costume fazer o lançamento na Assembléia Legislativa, mas este ano foi diferente, ao se lançar o Plano Safra no interior, começando em Teófilo Otôni e assim seguindo, até que seja levado aonde há a necessidade de se implantar o referido Plano. Principalmente na região de Teófilo Otôni, como disse o Ministro, em que há uma carência muito grande. É importante levar esse trabalho para que o índice de desenvolvimento aumente, aplicando-se tecnologia. Para complementar, este ano foram R\$13.000.000.000,00 destinados à agricultura familiar, para todo o Brasil. Desse valor, Minas Gerais foi agraciada com R\$1.350.000.000,00 para a agricultura familiar, um número muito bom para a nossa agricultura. Tenho certeza, assim como o índice das pessoas que estão participando e trabalhando, que a inadimplência é muito pequena, mostrando a vontade, o desejo de realmente crescer e se desenvolver. A inadimplência em Minas tem sido interessante: só 1,8% das pessoas estão inadimplentes. Isso mostra que 98,2% das pessoas estão adimplentes, trabalhando. Esse 1,8% está inadimplente por pequenos detalhes, o que mostra a capacidade e a importância do Plano Safra em Minas Gerais, certamente trazendo grande desenvolvimento, com algumas pessoas recebendo tratores e implementos e revelando um trabalho efetivo da agricultura familiar em Minas Gerais.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputada Elisa Costa, é fundamental reafirmar a importância que o Presidente Lula tem tido no intuito de resgatar a nossa cidade de Governador Valadares. Dos Presidentes recentes, Lula é o que mais tem feito por Governador Valadares quanto a essa questão do aeroporto e da agricultura familiar. Com o brilhante trabalho que vem desenvolvendo à frente da Liderança do Bloco PT-PCdoB, devo registrar, nobre Deputada, que V. Exa. teve o papel fundamental de trazer Governador Valadares para o centro do Estado de Minas Gerais, para um dos pólos de importante desenvolvimento.

Ainda nesta semana saiu publicado no suplemento do jornal "O Tempo" um dos maiores empreendimentos que Minas Gerais terá, que é a Aracruz Celulose. Em Governador Valadares surgirá o empreendimento privado com grande geração de empregos, resgatando o papel do trabalho nessa cidade. Tenho a convicção de que, com o trabalho e a dedicação do Presidente Lula e de V. Exa., havemos de construir verdadeiramente oportunidades para os jovens trabalhadores de Governador Valadares. Já não precisamos deixar aquela terra e clima maravilhosos para ganhar a vida nos EUA. Parabenizo o Presidente Lula pela importante contribuição e a V. Exa., que tem um papel fundamental no aspecto do resgate da dignidade do povo valadarense.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputado Carlin Moura. Quero também registrar que a ampliação do aeroporto foi um projeto elaborado

inicialmente no governo do PT, no governo Fassarella, que, ao longo dos anos, tramitou na Infraero e que agora se inicia em Governador Valadares, com recursos federais e de Minas e com o próprio Município. Essa obra ajudará no desenvolvimento e no crescimento da cidade, somando-se a outras iniciativas, como essa a que o Deputado Carlin Moura se referiu, da iniciativa privada e do aumento das indústrias em nossa cidade, assim como na região do Vale do Rio Doce. Estamos estimulando muito o crescimento e o desenvolvimento das indústrias da própria cidade. Hoje temos lá um distrito industrial, Deputado Carlin Moura, com 72 indústrias, que atualmente empregam mais de 4 mil trabalhadores e que precisam ser potencializadas. O objetivo muito claro do governo Lula é também expandir o emprego nas indústrias que já existem nos Municípios. Estamos trabalhando para que essas empresas cresçam e ofereçam novos postos de trabalho, especialmente por meio da qualificação profissional dos trabalhadores e da juventude. Por isso a educação se torna tão importante, como, por exemplo, o Cefet que chegará a Governador Valadares, a nossa escola técnica federal, oriundo de nosso trabalho de Deputada, do trabalho do Deputado Leonardo Moreira e da decisão do governo Lula de expandir o ensino técnico profissionalizante em todo o Brasil, em Minas e em Governador Valadares.

Além disso, as universidades federais e as extensões universitárias estão chegando também ao interior. Para nossa alegria, hoje as recém-construídas universidades já estão despontando com índices de qualidade do ensino e com o aumento do número de vagas no interior, assim como em todo o Estado.

Quero registrar a importância em Valadares dos recursos federais, do PAC na área de saneamento ambiental, de infra-estrutura e de urbanização dos bairros; dos projetos iniciados do governo do PT, do governo Fassarella, em grande parte realizados ainda no governo anterior, como a urbanização do Morro do Querosene, do Morro do Santo Antônio, do Trevo Santa Paula e de parte do Bairro Turmalina, ou seja, algumas realizações que estão ocorrendo agora e projetos do PAC, que somam R\$101.000.000,00 e que chegam até a R\$110.000.000,00 somente para o Município de Governador Valadares.

Portanto são os olhos do governo Lula voltados para as regiões mais empobrecidas, para bairros que precisam de infra-estrutura e urbanização em termos de melhoria e tratamento de água e esgoto, especialmente melhoria das moradias, aberturas de novas ruas e pavimentações. O fato é que, hoje, o Presidente Lula está mudando o rosto do Brasil, especialmente das comunidades que mais necessitam. Quero registrar as obras do PAC, as quais foram reiniciadas. Queremos que tenham continuidade e qualidade, e que a população fiscalize para que não haja suspensão por suspeição de desvio de recursos ou mesmo por má qualidade na execução das obras. Desejamos que essas obras sejam bem executadas, com boa qualidade, e que a população, por meio do controle social, acompanhe tudo de perto, a fim de que o seu recurso dos impostos chegue efetivamente a cada pessoa, bairro, rua e distrito. Portanto registro as importantes obras do governo Lula realizadas em todos os Municípios brasileiros, mineiros, da nossa região, especialmente na nossa querida Governador Valadares, pois queremos que ela cresça e se desenvolva cada vez mais. O modelo de desenvolvimento que queremos deve ter um tripé na sua concepção: desenvolvimento econômico, com desenvolvimento social e com responsabilidade e preservação ambiental. Isso é fundamental. Desejamos um desenvolvimento para todos, e não para alguns; que seja duradouro, e não apenas por um certo tempo ou para um ciclo econômico, portanto que seja duradouro e sustentável. Essa é a ideia de desenvolvimento que trabalhamos para a região do Vale do Rio Doce, para os Municípios e para Governador Valadares. Essa é a concepção profunda, sustentável e duradoura. E é dessa forma que desejamos que as nossas cidades cresçam e se desenvolvam. Para gerar desenvolvimento, o crescimento econômico tem de superar desigualdades sociais, superar e combater a pobreza. Para que isso aconteça, temos de investir na geração de emprego e na educação de qualidade, preparar as nossas cidades, especialmente Governador Valadares, para o seu processo mais profundo de industrialização. Por isso a cidade precisa ter mais vagas nas escolas, qualificação profissional, construção de moradias, um SUS com mais qualidade, um planejamento em curto, médio e longo prazos, um plano diretor para reorientar e reordenar o seu crescimento, a fim de investirmos nas vocações que existem na nossa cidade. O crescimento dá-se com o que temos, o que somos, o que produzimos, com cooperação e participação popular, com inteligência e sabedoria de todos. Uma soma de esforços políticos, empresariais e populares, unindo-se para promover o verdadeiro desenvolvimento, que planeja o presente e também constrói o futuro. É o que desejamos para a nossa cidade e também para toda a região do Vale do Rio Doce. Aí, sim, teremos uma cidade organizada e planejada para uma forte industrialização, em que a resolução dos problemas será pensada e planejada passo a passo. Essa é a cidade que queremos construir, é a cidade que o Vale do Rio Doce e todos os Municípios também querem construir Valadares como cidade-pólo, como ponto de convergência de uma região, deve dar exemplo de planejamento, de construção coletiva, e principalmente pensar em sua forte industrialização para gerar empregos. Esses empregos, Deputado Carlin Moura, devem ficar em Valadares. As pessoas devem ser preparadas e qualificadas para que os empregos sejam gerados e fiquem em nossa cidade. Por isso a educação e a qualificação profissional da nossa juventude e dos nossos trabalhadores são tão importantes para o presente e o futuro. O Presidente Lula está dando uma grande contribuição ao desenvolvimento e crescimento. Neste ano a geração de empregos será em torno de 2 milhões de postos de trabalho para a população brasileira. Como Minas Gerais hoje se integra a esse modelo nacional, queremos que Valadares também seja integrada a esse projeto nacional de respeito, de desenvolvimento, de geração de empregos e, principalmente, de cidadania para toda a nossa população. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, as senhoras e os senhores telespectadores da TV Assembléia e, especialmente, o público presente nas galerias.

Sr. Presidente, primeiramente queria fazer um registro e um agradecimento, parabenizando a TV Bandeirantes pela importante cobertura que está dando ao processo eleitoral de 2008, principalmente no que diz respeito à cidade de Contagem. Contagem, infelizmente, não tem um canal próprio de rádio e televisão. Apesar de ser uma cidade com quase 700 mil habitantes, não possui horário gratuito nas rádios e nas tvês, o que traz dificuldades de expor ideias e debater programas e propostas dos candidatos que desejam ocupar cargos na 2ª maior Prefeitura do Estado de Minas Gerais. Contagem, hoje, tem oito candidatos a Prefeito, e a TV Bandeirantes está promovendo, no decorrer desta e no início da próxima semana, um debate com cada um dos candidatos. Nisso cumpre um papel fundamental para a democracia, ao ajudar a comunidade da nossa querida Contagem a escolher melhor o próximo gestor. Então, fica o nosso registro em relação à TV Bandeirantes, parabenizando toda a sua equipe de jornalistas e a sua diretoria em Minas Gerais.

Sr. Presidente, o que me traz fundamentalmente a esta tribuna são duas notícias: uma alvissareira, boa, que foi estampada em todos os jornais de Minas Gerais, e outra muito triste, muito ruim e que não tem merecido sequer poucas linhas da imprensa mineira. A boa notícia é o bom desempenho das universidades federais de Minas Gerais na lista do MEC. Entre as 10 universidades mais bem classificadas estão 4 de Minas Gerais - a UFV na 3ª posição, a UFMG na 4ª, a UFTM na 7ª e a Unifei na 10ª -, o que demonstra claramente que o governo federal, o governo do Presidente Lula se tem preocupado muito e tem feito muito pelo ensino superior neste país.

Diga-se de passagem que o Presidente Lula tem feito muito por Minas Gerais; é um Presidente que tem feito muito por Governador Valadares; e, especialmente, Sr. Presidente, é um Presidente que tem feito muito por Belo Horizonte. Muitos avanços hoje, muitas obras e muitas conquistas em curso hoje em Belo Horizonte devem-se a investimentos do Presidente Lula.

Pena que não se ouve falar sobre isso, principalmente nos programas eleitorais. E, como não tenho programa eleitoral em Contagem, paro e vejo o de Belo Horizonte. Mas parece que o Presidente Lula não existe; que tudo de bom que há em Belo Horizonte é aliança da Prefeitura com o governo do Estado. Dizer que o Presidente Lula não coloca um centavo em Belo Horizonte é ingratidão, ingratidão daqueles que escondem o Presidente Lula. Ele tem feito muito por Belo Horizonte, que muito tem avançado, o que não começou agora, Sr. Presidente, mas sim há muito tempo; porém escondem isso. Sr. Presidente, o Presidente Lula tem investido nas universidades.

E sobre a notícia ruim, a notícia triste? Sr. Presidente, quanto às universidades estaduais, nessa lista a Unimontes ocupa a 38ª posição e a nossa querida Uemg, a Universidade do Estado de Minas Gerais, a 85ª posição no "ranking" nacional. Isso é fruto e consequência de quê? É fruto e consequência de o ensino em Minas Gerais não ter valor. O Estado de Minas Gerais não investe adequadamente na educação. Mas isso

não é só nas universidades, pois, desde o dia 28 de agosto, a rede estadual de Minas Gerais está em greve. Os professores da rede estadual estão em greve, e ninguém fala nada na imprensa mineira; ninguém anuncia que os professores em Minas Gerais estão paralisados, pedindo por melhores condições de salário, porque em Minas não se valoriza o professor. Divulga-se que foi pago o piso salarial para os professores. Mas isso não é verdade, porque em Minas se fixou um teto, e não um piso salarial. E os professores estão reivindicando um piso salarial, pois o de Minas Gerais é um dos menores do Brasil. E divulgam que Minas vai bem na educação. Que bem é esse? Onde ele está? Os números não mentem, a educação em Minas vai mal. O professor, o servidor público, não é valorizado. O choque de gestão serve para tirar direitos dos professores, para tirar direitos desses servidores públicos. Então aí proponho um tal abono de produtividade, mas, quanto a valorizar o salário, que é bom, não se dispõem a fazer. Mas estão retirando e querendo privatizar o Ipsemg, tirando do professor, do servidor público, o seu plano de saúde, o Ipsemg, uma conquista do servidor público. E aí, Sr. Presidente, as conseqüências vêm nos números. A educação vai mal em Minas Gerais porque não está havendo investimento. A 38ª e 85ª posições são vergonhosas para Minas Gerais. É vergonhoso essas duas universidades estaduais ocuparem essas posições. A Unimontes e a Uemg estão para deflagrar também a sua greve. E o governo do Estado, o que ele faz? Qual é o seu posicionamento? A Sra. Vanessa Guimarães, Secretária de Estado de Educação, nem sequer recebe o comando de greve. Ela não recebe os professores, e manda o Subsecretário, Dr. Antônio Filó, pessoa maravilhosa, recebê-los. Mas ela não recebe os professores, porque não tem essa prática democrática, não dialoga com os professores.

Então, Sr. Presidente, a questão é muito preocupante. Há uma contradição fundamental em Minas Gerais, uma contradição de modelos. Enquanto se tem prioridade de investimentos do governo federal, o governo do Estado não faz a contrapartida. Os professores estão em greve, e o Estado de Minas não divulga isso, não há a divulgação por parte da imprensa mineira. Minas é um paraíso perfeito. Aliás, hoje, a partir das 15 horas, em frente à Assembléia, haverá a nova assembleia dos professores, que está acontecendo. A categoria, Sr. Presidente, pleiteia o piso de R\$950,00 para o professor PEB1 com uma jornada de 24 horas semanais e o valor proporcional para os demais cargos, conforme a carreira. Propõe também fortalecer a organização através da eleição de representantes de escolas. Faz a denúncia, aliás, dos ataques, das perseguições e da forma ditatorial como o governo vem tratando os trabalhadores e as trabalhadoras da educação. O Sindicato Único dos Professores faz a denúncia também do papel exercido por alguns Diretores e inspetores de escola que mais parecem verdugos do governo do Estado para perseguir o movimento dos professores. Então, Sr. Presidente, achamos que é de fundamental importância aprofundarmos essa questão da educação em Minas e verificarmos o que vem ocorrendo no nosso Estado. Os professores alertam, existem afirmações com as quais todos concordam. É preciso melhorar a qualidade da educação, já que é um direito subjetivo do cidadão e da cidadã. Quando afirmamos que é necessário investir em condições de trabalho, formação inicial, salário, carreira e formação continuada, dizemos que a valorização dos profissionais da educação é um dos pilares para garantir a melhora da qualidade da educação. O lema "A gente nunca desiste! Educação pública de qualidade social e valorização profissional" declara a disposição dos professores para a luta permanente em qualquer espaço de atuação como um princípio fundamental. Por esse motivo, a assembleia do dia 28 de agosto deliberou pela continuação da greve dos professores por tempo indeterminado, após analisar todo o cenário imposto pelo governo Aécio Neves, que busca semear a divisão dos trabalhadores com as políticas neoliberais que implementa em Minas Gerais. Diversos segmentos da sociedade reconhecem a importância da luta dos trabalhadores da educação. Durante a última assembleia, tiveram participação representantes de grêmios estudantis, da UCMG, do Sinpro-MG, da CUT, da UEMG, apoiando a greve e a luta por uma educação pública de qualidade social. Considerando essas questões, foi construída de forma responsável a unidade das forças políticas que atuam no sindicato, representadas pela CUT, a Conlutas, a Intersindical e a CTB. Com a convicção de que a greve é um instrumento para avançar nas conquistas, trabalhar sua construção aumentando o índice de adesão foi um compromisso assumido por todos. Então fazemos aqui, Sr. Presidente, esse registro, alertando Minas Gerais de que os professores da rede estadual estão em greve. Em greve por um legítimo direito à melhor remuneração, um legítimo direito ao Ipsemg, por um legítimo direito a melhores condições de trabalho. Quando não se valoriza o professor, aquele que está dentro da sala de aula, as conseqüências são nefastas e os números mostram isso, quando a nossa Unimontes, uma universidade estadual, ocupa a 38ª posição, e a UEMG ocupa a 85ª posição no "ranking" nacional. Assim, queremos prestar nossa solidariedade ao movimento dos professores do Estado de Minas Gerais. Estaremos aqui atentos e alerta para pedir e exigir do governo do Estado que abra a negociação o mais breve possível para garantir o piso salarial de R\$950,00, o que é mais do que legítimo e digno para os professores do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Lagoa Grande. Objeto: doação de materiais de informática inservíveis: 2 cadeiras fixas; 2 mesas secretárias em sucupira; 2 microcomputadores marca Microtec, modelo Mythus e 2 impressoras marca HP, modelo 660c. Registros patrimoniais nºs: 001191; 002308; 000019; 000073; 021334; 021339; 013997 e 014090.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telemar Norte e Leste S.A. Objeto: prestação de serviços de comunicação de dados. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação do Contrato 172/2007, com aplicação do reajuste contratual. Vigência: 12 meses, a partir de 2/10/2008. Dotação orçamentária: 33.90.39.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telemar Norte e Leste S.A. Objeto: prestação de serviços de provimento de conexão de dados da contratante ao Procon-Praça Sete. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação. Vigência: 12 meses, de 1º/11/2008 a 30/10/2009. Dotação orçamentária: 33.90.39.